

Primaveras educacionais

Deborah Ouchana

Movimentos sociais que explodem ao redor do mundo para questionar as diversas formas de tirania política e econômica esbarram, direta ou indiretamente, na educação.

"Olhem à sua volta e vocês encontrarão os temas que justificam a sua indignação. Vocês encontrarão situações concretas que os levarão a praticar ações cidadãs fortes. Procurem, e encontrarão!". Quando o embaixador francês Stéphane Hessel escreveu, no livro *Indignai-vos!*, um apelo à juventude para que transformasse sua indignação em uma insurreição pacífica, talvez não imaginasse que, alguns meses depois, movimentos sociais eclodiriam ao redor de todo o mundo, protestando justamente contra aquilo que ele coloca como uma das principais justificativas para o engajamento: a desigualdade e a injustiça social.

Pode parecer que movimentos como a primavera árabe, o protesto Occupy Wall Street, os indignados espanhóis ou a greve dos estudantes chilenos são casos isolados. No entanto, apesar de suas particularidades e diferenças evidentes, o sociólogo Michael Löwy, autor do livro *Revoluções*, publicado pela editora Boitempo, acredita que os protestos evidenciam um sentimento de insatisfação de toda a sociedade. "Estes episódios de revolta testemunham uma indignação contra a tirania, seja de ditaduras carcomidas, seja dos mercados financeiros. É uma revolta contra o poder cínico e descarado de uma oligarquia brutal", afirma.

A onda das revoltas populares teve início na Tunísia, em dezembro de 2010, e se alastrou por diversos países, como Egito, Líbia, Omã, Jordânia e Iêmen. Os movimentos surgiram de razões comuns: a precária condição econômica e a existência de regimes autoritários. Como consequência, três chefes de Estado foram derrubados: o presidente da Tunísia, Zine el-Abidine Ben Ali; Hosni Mubarak, do Egito; e Muamar Gaddafi, da Líbia. Na Europa e nos Estados Unidos, a insatisfação contra a tirania encontrou eco na crise econômica, desencadeada nos Estados Unidos, em 2008. Em maio deste ano, milhares de espanhóis foram convocados pela plataforma digital *iDemocracia Real Ya!* para reivindicar uma mudança na política espanhola. O movimento, que ficou conhecido como "Indignados", surgiu próximo das eleições municipais e suas principais motivações são as medidas tomadas pelo governo em relação à crise e à falta de oportunidades para os jovens - a taxa de desemprego na Espanha chega a 21,2%, a mais elevada entre os países desenvolvidos.

Já nos Estados Unidos, a concentração de renda é a principal razão para os protestos do movimento Occupy Wall Street, que se autodenomina "os 99% da população contra o 1% mais rico". O epicentro do movimento é a cidade de Nova York, mas em dois meses o ato se espalhou para outros locais dos Estados Unidos, como Washington, Atlanta, Tallahassee, Oakland, Dallas, Los Angeles, São Francisco, Seattle, Chicago, Filadélfia, Houston, San Diego e Denver. Pelo mundo, ocorreram protestos na Austrália, Inglaterra, Nova Zelândia, Bélgica, Itália, Alemanha, Taiwan e também no Brasil, entre outros. O *The Guardian* criou um mapa com os lugares onde o movimento despontou. A estimativa era de 950 cidades em 82 países.

Nesse contexto de crise generalizada, a educação vem à tona, direta ou indiretamente. Na Espanha, com a redução do orçamento destinado à área, professores foram às ruas protestar contra a decisão. Nos EUA, as reivindicações do movimento Occupy Wall Street estão relacionadas ao meio educacional: a desigualdade social, cada vez mais latente no país, chega à porta das escolas, já que o fator socioeconômico é determinante à aprendizagem. Não à toa, há professores entre os manifestantes. Além disso, um grupo de docentes e pais de Nova York resolveu extrapolar o contexto do Occupy Wall Street e criou o Occupy the DOE (Ocupe o Departamento de Educação, em tradução literal). O objetivo é um só: dar voz a esses atores, que se consideram pouco ouvidos por aqueles que elaboram as políticas públicas. E no Chile, a voz contra a desigualdade social tomou forma no protesto dos alunos que desaprovam o modelo de financiamento educacional - a greve estudantil já dura sete meses. Conheça mais sobre cada caso nos quadros a seguir.

Chile

Apesar de o país ter o melhor desempenho da América do Sul no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), há sete meses milhares de estudantes estão em greve, protestando contra o modelo de financiamento da educação. "O protesto dos estudantes chilenos se dirige, antes de tudo, contra a privatização da educação, desenvolvida no governo Pinochet, e sua transformação em vulgar mercadoria", aponta o sociólogo Michael Löwy.

Em 1981, Pinochet reformou o sistema educacional e eliminou a educação superior gratuita. A partir de então, os estudantes que querem entrar em uma universidade e não têm como pagá-la são obrigados a participar de um sistema de créditos, tanto para instituições estatais, quanto para privadas. "Quando o jovem entra na universidade, já tem uma dívida própria. A não ser que tenha dinheiro para saldar mês a mês o empréstimo que fez para pagar os estudos", diz o chileno Alejandro Villouta Canales, que está no Brasil há dois meses em busca de melhores oportunidades. Ele cursou artes cênicas da Universidade de Valparaíso e hoje tem uma dívida de 4 milhões de pesos chilenos (aproximadamente R\$ 14 mil) com o governo.

A mobilização teve início com estudantes do ensino superior, mas pouco a pouco os alunos secundários também passaram a integrar o movimento. Na Educação Básica, há três tipos de escolas: as privadas, as privadas subvencionadas e as públicas municipais. No caso das subvencionadas, o governo dá um voucher às famílias para completar o pagamento da mensalidade. Já nas públicas, as famílias não pagam os estudos dos filhos; no entanto, seus resultados educacionais são os piores, dificultando o ingresso em uma universidade.

Outra bandeira levantada pelo movimento estudantil é a desmunicipalização das escolas e uma maior participação do Estado na educação. Segundo o jornal La Tercera, o ministro da Educação, Felipe Bulnes, anunciou que enviará ao Congresso um projeto sobre desmunicipalização que promete mudar o sistema educacional atrelado aos municípios.

Espanha

A crise econômica em que o país está afundado obrigou o governo a reduzir investimentos em educação. Foram anunciadas diversas medidas possíveis para diminuir os gastos, como o polêmico aumento de horas de aulas por professor no ensino secundário. Assim, os professores titulares acabam trabalhando mais pelo mesmo salário e o governo deixa de contratar professores interinos. Além disso, o Ministério da Educação reduziu cerca de 10% o corpo docente das escolas madrilenhas. Para compensar a diminuição no quadro docente, o número de alunos por sala de aula cresceu.

Madri não foi a única região a sofrer com os cortes na educação. Das 17 regiões autônomas da Espanha, 10 se mobilizaram contra as alternativas apresentadas pelo governo, entre elas Galícia, Navarra e Catalunha. Nessas regiões, estima-se que um total de 8,2 mil professores temporários será licenciado. Em Valência, o número de professores particulares para alunos com dificuldades de aprendizagem também foi reduzido, além de especialistas educacionais, como pedagogos.

Os indignados espanhóis se manifestaram contra os cortes e ganharam o apoio de pais, alunos e professores. Na manhã de ontem (29), os sindicatos convocaram uma nova greve em Madri, é a nona desde setembro, mas a situação não mudou muito. Os professores continuam firmes, enquanto a ministra da Educação, Lúcia Figar, se nega a negociar as medidas aprovadas. Segundo dados do jornal El País, a participação do segmento nas greves vem diminuindo.

Estados Unidos

Em um artigo intitulado "Of the 1%, by the 1%, for the 1%", para Vanity Fair, o Nobel de Economia Joseph Stiglitz aponta que há 25 anos a faixa do 1% mais rico da população detinha 12% da renda americana e controlava 33% da riqueza do país. Hoje, esse grupo tem 25% da renda e controla 40% da riqueza nacional. Stiglitz ressalta que enquanto o topo da pirâmide viu seu rendimento aumentar quase 18%, as classes média e baixa têm visto seus rendimentos cair cada vez mais. Para os homens que cursaram apenas até o ensino médio, a queda nos últimos 25 anos foi de 12%.

Segundo dados do censo norte-americano, o total de desempregados nos EUA em 2010 era de quase 15 milhões de pessoas. Há dez anos, esse número não chegava a 6 milhões. Outro dado alarmante: entre 2009 e 2010, mais de 1 milhão de crianças passaram a viver na linha da pobreza, o que significa um total de 15 milhões de crianças. Por essas razões, no dia 17 de setembro, um grupo se organizou para ocupar um dos mais importantes centros financeiros do mundo: a região de Wall Street, onde está localizada a bolsa de valores de Nova York.

Na ocasião, aproximadamente 2 mil pessoas acamparam na praça Zuccotti em protesto à concentração de renda, à desigualdade social e à alta taxa de desemprego, que vem crescendo no país nos últimos anos. O movimento se posiciona também contra a influência empresarial no governo e pede que os responsáveis pela crise, desencadeada em 2008, sejam punidos. O protesto ganhou apoio de diversas cidades ao redor de todo o mundo; ao todo são 950 cidades em 82 países diferentes.

As questões discutidas pelo movimento Occupy Wall Street estão também relacionadas ao setor educacional. Pensando nisso, um grupo de professores de Nova York se organizou e criou o Occupy the DOE (Ocupe o Departamento de Educação). O objetivo do movimento é protestar contra a falta de voz dos pais, alunos e professores no processo de elaboração de políticas educacionais, enquanto executivos e empresas privadas exercem influência direta nas escolas.

Fonte: Educação, dez. 2011. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br>>.
Acesso em: 9 dez. 2011.